

## Políticas públicas de fomento ao turismo rural: uma investigação no Oeste Paranaense

Fernanda Cristina Sanches<sup>1</sup>  
Carla Maria Schmidt<sup>2</sup>

**Resumo:** O turismo sustentável apresenta-se como uma maneira de manter o desempenho econômico do mercado turístico, de forma a não prejudicar o meio ambiente, fazendo o necessário para atender a economia, a sociedade e o ambiente, sem desprezar a cultura regional, a diversidade biológica e os sistemas ecológicos que coordenam a vida. Em tal cenário, o turismo rural busca contribuir para a qualidade de vida da população do campo, e para tanto, é fundamental que disponha de políticas públicas que incentivem a atividade. Nesse intuito, o objetivo desse estudo consiste em analisar as políticas públicas locais e regionais existentes para empreendimentos de turismo rural. Para tanto, a investigação se deu inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa descritiva e qualitativa. Os dados empíricos foram coletados por meio de entrevistas *in loco* com os empreendedores das propriedades de turismo rural.

**Palavras-chave:** Empreendimentos de turismo rural. Sustentabilidade Ambiental. Turismo sustentável de base comunitária. Região Oeste do Paraná.

### 1 Introdução

A sustentabilidade, de acordo com Guedes e Scherer (2012), compreende um tripé que tem como base três dimensões, quais sejam: a ambiental, a econômica e a social. Esse modelo sustentável deve ser observado em todos os segmentos econômicos, entre eles no turismo. Para Bardal, Alberton e Campos (2010), o turismo é uma atividade que possui um alto potencial, sendo capaz de realizar alterações econômicas significativas e de proporcionar melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Ainda de acordo com Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), enquanto setor econômico, o turismo é reconhecido como importante gerador de oportunidades de trabalho e renda, tornando-se ferramenta capaz de contribuir para a redução de desigualdades regionais e sociais. Conforme os autores, a atividade turística proporciona a interação entre a sociedade e o meio ambiente, resultando em diferentes formas de contato entre esses meios,

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Ambientais (UNIOESTE). Docente do curso de Secretariado Executivo – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). fer.c.sanches@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Administração (FEA/USP). Docente do curso de Secretariado Executivo – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). c.m.schmidt@bol.com.br.

transformando os ativos em opções de lazer, conhecimento e entretenimento aos visitantes, além de possibilitar a inserção socioeconômica da população local nas atividades.

Dados do World Travel & Tourism Council (WTTC) também enfatizam a relevância do turismo, pois apontam que a atividade é responsável pela geração de 3,4% do total de empregos no mundo e, ainda, corresponde a 9,3% do PIB Mundial (WTTC, 2013). Tais dados indicam que os empreendimentos turísticos desempenham um importante papel no que tange a aspectos econômicos.

Contudo, é fundamental que o turismo esteja acompanhado também da preocupação com a preservação do meio ambiente. Nesse contexto, surge o conceito de turismo sustentável, que, segundo Ruschmann (2000) significa ser capaz de atender às necessidades dos turistas e dos locais que os recebem de maneira simultânea, fazendo o necessário para atender a economia, a sociedade e o ambiente, sem desprezar a cultura regional, a diversidade biológica e os sistemas ecológicos que coordenam a vida.

Pode-se afirmar que o segmento de turismo regional e rural ainda é um pouco conhecido, porém tem sido visível como campo de estudo e como demandante de uma ação mais efetiva por parte do poder público. Prova disso são os programas de regionalização do turismo propostos pelo governo Federal, como o “Roteiros do Brasil”, e em âmbito regional, o programa “Riquezas do Sul”, desenvolvido no Oeste do estado do Paraná (MTUR, 2010).

Dessa forma, a elaboração de políticas públicas que auxiliem na propagação da atividade é fundamental. Conforme Ferreira (2014), tais políticas consistem em um resultado das iniciativas da sociedade e do governo, na busca de respostas para demandas sociais existentes. Por meio dessas iniciativas é possível induzir a ação das pessoas que queiram empreender e ainda, desenvolver negócios sustentáveis.

Nesse contexto, a questão norteadora dessa pesquisa é: de que forma os empreendedores de turismo rural do roteiro “Turismo Sustentável de Base Comunitária” percebem a existência de políticas públicas para o desenvolvimento de suas atividades? Este roteiro, elaborado no ano de 2008, é composto atualmente por nove empreendimentos de turismo rural, localizados em sete municípios da Região Oeste do Paraná.

Visando atender à questão de pesquisa, tem-se como o objetivo: analisar as políticas públicas locais e regionais existentes para os empreendimentos de turismo rural. Especificamente, investigou-se a existência de ações de fomento voltadas ao desenvolvimento das atividades de empreendimentos localizados na Região Oeste do Paraná. Para tanto, este estudo está disposto em quatro partes centrais, além desta introdução. O referencial teórico é evidenciado na parte dois. Na terceira parte apresenta-se os métodos e técnicas de pesquisa utilizadas. A quarta parte aborda os resultados obtidos com os empreendedores. Por fim, o capítulo cinco apresenta as principais conclusões deste estudo.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Políticas Públicas do turismo rural sustentável

Entre tantas atividades, o turismo pode ser visto como um setor socioeconômico que depende muito de políticas de desenvolvimento sustentável, uma vez que possui potencial para realizar importantes modificações na qualidade de vida da população. Tais políticas consistem em diretrizes norteadoras do poder público, que regem normas e procedimentos para suas relações com a sociedade. Elas orientam as ações de aplicação dos recursos, nas quais as decisões são tomadas para a solução dos problemas da sociedade. Visam à proteção local, cultural e ainda, a responsabilidade ambiental, dessa forma, um dos principais objetivos da gestão consciente dos recursos naturais, é atingir a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos (BARDAL; ALBERTON; CAMPOS, 2010).

Contudo, o turismo rural enfrenta ainda algumas dificuldades no que tange à legislações específicas sobre sua atuação. A maior delas é o fato de que as legislações não têm acompanhado as transformações que ocorrem no meio rural. Tal limitação resulta em atitudes informais pela população rural, que sem legislações específicas, acabam realizando suas atividades desamparadas de base legal (MTUR, 2010).

Existem sim, algumas legislações ambientais existentes em âmbito federal, que podem ser aplicadas aos empreendimentos de turismo rural e que permitem aos empreendedores gerirem seus negócios de maneira ideal. Tais legislações regulamentam a atividade turística, apresentando desde legislações sanitárias, até legislações trabalhistas e de preservação do patrimônio natural.

Além destas, vale ressaltar a existência de legislação própria do estado do Paraná, que consiste na Lei nº 15.143, de 31 de maio de 2006. Tal lei visa definir as atividades turísticas específicas do turismo rural na agricultura familiar, de acordo com os seguintes princípios:

Artigo 3º - As atividades do Turismo Rural na Agricultura Familiar estão alicerçadas e comprometidas com os seguintes princípios:

- a) Ser um turismo ambientalmente correto e socialmente justo;
- b) Incentivar a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta dos produtos locais, ofertados pelo agricultor;
- c) Valorizar e resgatar o artesanato regional, a cultura da família do campo e os eventos típicos do meio rural;
- d) Contribuir para a revitalização do território rural e para o resgate e melhoria da autoestima dos agricultores familiares;
- e) Ser desenvolvido preferencialmente de forma associativa e organizada no território.
- f) Ser complementar às demais atividades da unidade de produção familiar;
- g) Proporcionar a convivência entre os visitantes e a família rural;
- h) Estimular as atividades produtivas com enfoque no sistema agroecológico (PARANÁ, 2006).

Tais princípios remetem claramente aos diversos conceitos de turismo rural encontrados na literatura, pois visam o aproveitamento do potencial de desenvolvimento de determinada região ou empreendimento. Assim, os empreendimentos de turismo rural devem pautar-se nessas especificidades para o desenvolvimento da atividade turística.

Atualmente, o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, vem investindo fortemente no desenvolvimento do turismo sustentável de base comunitária. Tal iniciativa, que é o caso dos nove empreendimentos investigados neste estudo, busca fortalecer os empreendimentos turísticos por meio da realização de atividades coletivas, envolvendo roteiros turísticos.

## 2.2 Turismo Sustentável de Base Comunitária

Como alternativa econômica para as comunidades que se preocupam com a conservação do meio ambiente e da cultura regional, apresenta-se o Turismo de Base Comunitária (TBC). O TBC, de acordo com Irving e Azevedo (2002), consiste em um processo de cooperação entre uma comunidade, onde associa-se as atividades econômicas com o turismo e o patrimônio histórico das regiões. Tal patrimônio, segundo Maldonado (2009) é constituído por um conjunto de crenças e valores, instrumentos, lugares, territórios e culturas de um povo.

Nesse sentido, o TBC proporciona aos turistas um contato direto com o modo de vida das comunidades rurais, alertando-os para a importância da sustentabilidade, uma vez que relaciona conceitos à respeito da conservação da natureza, e também, dos modos de vida tradicionais (SAMPAIO; ZECHNER; HENRÍQUEZ, 2008).

Em suma, o TBC trata-se de um conceito que não se diferencia totalmente das demais modalidades de turismo, uma vez que também pode oferecer os serviços de hospedagem e alimentação. Ainda, o TBC se torna importante, uma vez que:

(...) a produção associada e o Turismo de base comunitária devem ser compreendidos como uma alternativa estratégica de valorização e qualificação dos destinos, com grande impacto para o desenvolvimento local e que contribuem para a promoção da diversificação da oferta turística (MTUR, 2014, p. 65).

Ainda, de acordo com Sampaio, Zechner e Henríquez (2008) existem três características principais que diferem o TBC das demais temáticas:

- a) Entendimento da atividade de turismo como um subsistema interligado ao meio ambiente e a educação;
- b) visão de desenvolvimento regional sistêmico;
- c) convivência entre os turistas e a comunidade que os recebe.

Além destas características, Coriolano (2003) afirma que é notória a percepção de que esta modalidade de turismo se destaca da convencional, devido ao contato que se estabelece

entre o turista e os agentes locais, uma vez que ocorre uma interação direta entre as partes. Já no turismo convencional, essas relações costumam ser distantes e impessoais.

Nesse sentido, Irving e Azevedo (2002) afirmam que o TBC proporciona experiências de planejamento para o desenvolvimento do turismo de base local, que necessitam de um resgate e conservação da cultura familiar e que podem ser vivenciados por meio da atividade turística. Além desse resgate cultural permite-se que as comunidades manifestem suas atividades produtivas e propaguem o artesanato local.

Também Coriolano (2003) enfatiza que o TBC oferece aos turistas uma oportunidade de vivenciarem o cotidiano dos residentes locais, o que os permite passar por um intercâmbio cultural, onde ocorre nitidamente a troca de saberes e experiências. Para a autora, nessa modalidade de turismo “[...] o turista é atraído pela simplicidade, pelas belezas naturais, calma e a rusticidade do lugar” (CORIOLANO, 2003, p. 191).

Assim, devido ao atual panorama da dinâmica socioambiental, Fratucci (2009) destaca que o turismo necessita de bases para o desenvolvimento sustentável, tornando-se fundamental a existência de políticas públicas de ordenamento do turismo, de forma a consolidar a atividade regionalmente.

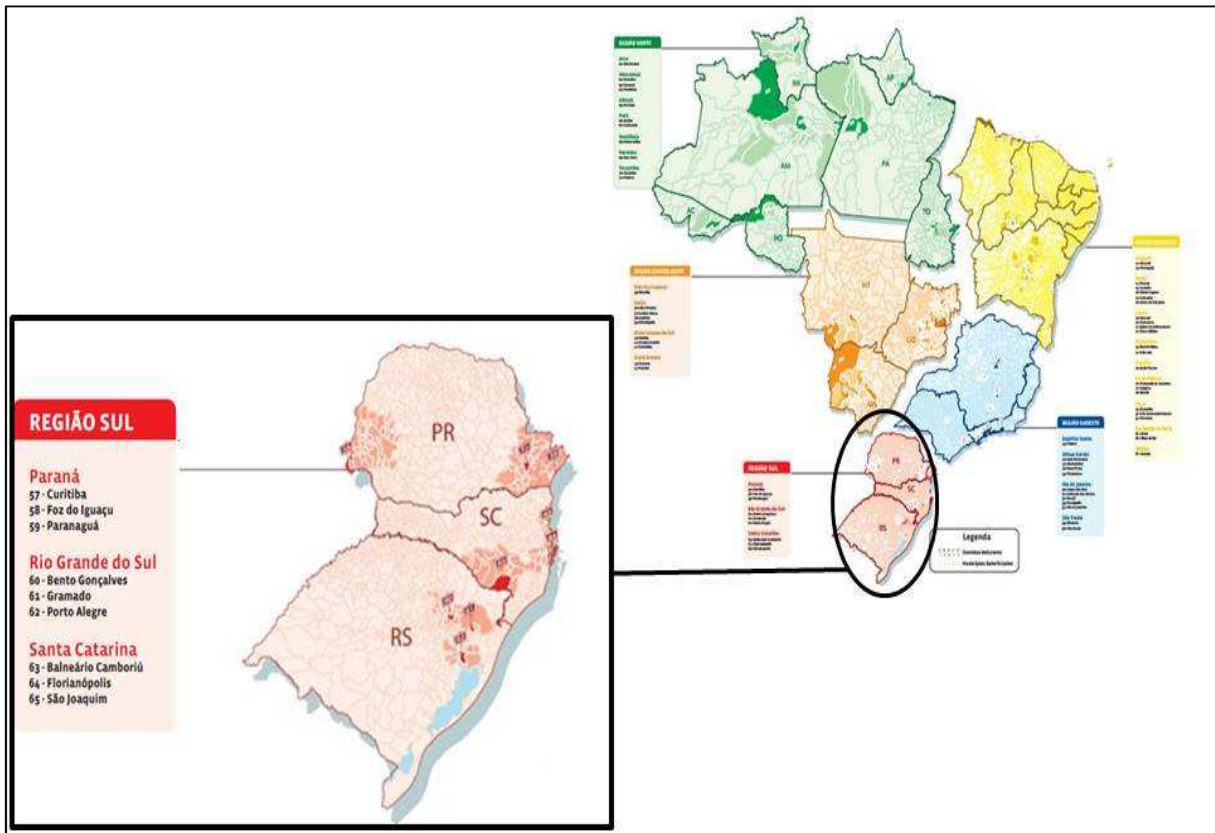
O significado de regionalizar é, portanto, de transformar ações individuais dos municípios em políticas públicas conjuntas, integradoras e motivadoras de mudanças. Para sua concretização é preciso novas posturas, que envolvam negociação, relacionamentos, visão estratégica, gestão e planejamento (MENEGHEL; TOMAZZONI, 2012, p. 249).

Um exemplo efetivo dessas políticas públicas consiste na elaboração de roteiros que apresentem diferenciais competitivos aos empreendimentos, como é o caso das experiências interativas com as comunidades rurais. Especificamente, o roteiro foco deste estudo, faz parte de um programa do Governo Federal, denominado Programa de Regionalização do Turismo, no qual os municípios são incentivados a desempenhar uma atividade coletiva, sendo que as peculiaridades de cada empreendimento podem ser valorizadas e potencializadas em um mercado mais abrangente.

O programa, segundo o MTur (2014), visa o mapeamento do turismo no Brasil. A partir deste programa, foram selecionados 65 destinos considerados indutores da atividade turística, que passaram a receber investimentos técnicos e financeiros do governo, visando aprimorar os empreendimentos destas regiões, multiplicando seu potencial turístico.

A Figura 1 demonstra a localização dos destinos indutores selecionados para participar do programa, e dentre eles encontra-se a Região Oeste do Paraná.

Figura 1 - Destinos indutores de desenvolvimento turístico regional.



Fonte: Adaptado de MTur (2014).

Conforme se observa na Figura 1, dentre os destinos selecionados encontra-se o município de Foz do Iguaçu e os municípios do entorno. A partir deste incentivo do Ministério do Turismo e auxílio dos institutos Polo Iguaçu e Educare, em 2008 fomentou-se a iniciação do trabalho de diagnóstico do turismo na região, onde inicialmente doze empreendimentos foram escolhidos para compor a iniciativa<sup>3</sup>.

Dentre os destinos selecionados estavam: Artesanato Vitória (Município de Itaipulândia); Associação Vemser (Município de Foz do Iguaçu); Recanto Família Grassi; Museu Nona Grassi; Família Bózio (Município de Matelândia); Recanto Olivo (Município de Medianeira); Sítio Arruda; Sítio Colina; Fonte do Macuco; Recanto Olina Scherer (Município de São Miguel do Iguaçu); Sítio das Orquídeas (Município de Marechal Cândido Rondon); e Vinhos Bouffleur (Município de Quatro Pontes). Estes empreendimentos foram então adotados como objeto de investigação deste estudo, contudo, atualmente três destes desativaram suas atividades. Dessa forma, pretende-se a partir da análise do caso empírico, contribuir com as

<sup>3</sup> Estudos já realizados neste mesmo roteiro, comprovam a efetividade do Programa de Regionalização do Turismo (TOMIO; SCHMIDT, 2014; ROSSI, et. al., 2014).

discussões acerca da existência de políticas públicas de sustentabilidade ambiental para empreendimentos de turismo rural.

### 3 Procedimentos metodológicos

O objeto de investigação deste estudo consiste no roteiro de turismo rural localizado na região Oeste do Paraná, denominado Turismo Sustentável de Base Comunitária. Esse roteiro, criado em 2008, conta com a participação de pequenos empreendedores, que buscam no turismo, um complemento à atividade rural.

É composto atualmente por nove empreendimentos, localizados em sete municípios da Região Oeste do Paraná. Vale ressaltar que a escolha do território se deu visto que a região é rica em recursos naturais, na qual o turismo pode apontar como estratégia de diversificação e fortalecimento da agricultura familiar.

Para alcançar os objetivos propostos este estudo fez uso, tanto para a análise quanto para a coleta de dados, principalmente, da abordagem qualitativa. De acordo com Richardson (2008) a pesquisa qualitativa é uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Além disso, tal abordagem é utilizada em situações complexas ou particulares, tais como o estudo de fatos do passado e análise de atitudes ou motivações, utilizando-se particularmente das técnicas de observação e entrevista.

Trata-se de um estudo descritivo, uma vez que, de acordo com Gil (2002), essas pesquisas possuem o objetivo principal de descrever as características de determinados fenômenos, ou relações entre variáveis, por meio da aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A coleta de dados se deu por meio de visitas *in loco* aos empreendimentos de turismo rural. Dentro do contexto de aplicação da análise de conteúdo, inicialmente estruturou-se um banco de dados contendo as transcrições das gravações e anotações das entrevistas realizadas com os empreendedores.

Em relação à análise dos dados coletados, esta se deu por meio da análise de conteúdo e da análise descritiva. A análise de conteúdo, segundo Gil (2002) e Richardson (2008), consiste em uma técnica que permite a descrição do conteúdo obtido nas entrevistas, e ainda, conduz a uma descrição sistêmica e objetiva deste. Assim, acredita-se que o complemento das duas análises é fundamental para avaliar o fenômeno em questão. Tais práticas permitiram a interpretação das falas, respostas e percepções dos entrevistados, uma vez que houve contato pessoal direto com todos os atores pesquisados. Nesse sentido, a análise realizou-se pelo cruzamento da revisão de literatura, com as informações obtidas por meio das entrevistas realizadas.

Por fim, cabe acrescentar que foram observados aspectos éticos durante o desenvolvimento da pesquisa, principalmente no que tange a autorizações e permissões necessárias para a execução do estudo.

## 4 Resultados e discussão

### 4.1 Políticas públicas de fomento ao turismo rural

De acordo com Teixeira (2002), as políticas públicas consistem em diretrizes norteadoras do poder público, ou seja, são as regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, que orientam as ações de aplicação dos recursos públicos. Ainda, para o SEBRAE-MG (2008, p. 5) as políticas públicas são “[...] um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)”. Assim, as políticas públicas envolvem a distribuição dos recursos públicos para os setores da sociedade que mais necessitam, o que motivou entender essa realidade no objeto de investigação deste estudo.

Ou seja, visto que a elaboração de uma política pública se dá com base nas decisões dos gestores, que visam concentrar seus esforços nos setores marginalizados da sociedade, é fundamental que o turismo rural, também esteja incluso nessas políticas. Essa inclusão permite a manutenção desses roteiros, solucionando a carência identificada no desempenho das atividades dos mesmos.

Nesse sentido, o Governo Federal apresenta uma proposta forte de incentivo aos empreendedores que consiste no Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR. Este fundo tem por objetivo financiar a reforma e modernização de empreendimentos turísticos, disponibilizando recursos em busca da promoção do turismo nacional. Além disso, o Ministério da Integração Nacional desenvolve o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Regionais - PROMESO, que visa incentivar o desenvolvimento de arranjos produtivos locais (FERREIRA, 2014).

Já em âmbito estadual, tem-se destaque para as “Diretrizes para uma política Estadual do Ecoturismo” publicadas em 1996 pelo governo do Paraná. Tais diretrizes dispõem de um conjunto de ações estabelecidas que visam nortear uma política de ecoturismo. Além disso, a existência de uma política pública predominante aplicada à realidade dos empreendimentos do estudo, que foi fundamental já na elaboração do roteiro, consiste na legislação voltada ao Turismo Sustentável de Base Comunitária. Essa política possui fomento do Governo Federal em parceria com o governo dos estados, em que a partir destas, desenvolveram-se diversos roteiros de turismo no país, inclusive o roteiro específico da região Oeste do Paraná.

Tal incentivo foi fundamental no momento de formação dos roteiros, uma vez que, sem essa política, atualmente os empreendedores não teriam se motivado para a mudança de estilo de vida (de agricultura familiar para pequeno empreendedor rural). E, conseqüentemente, não teriam tido a formação e a melhoria na qualidade de vida da família. A existência de empreendedores é fundamental para o desenvolvimento de novos negócios e sua formação deve ser incentivada por meio de políticas de fomento, pois, conforme afirma



Ferreira (2014, p. 147) “os empreendedores são importantes também porque geram emprego, contribuem para o desenvolvimento do PIB, promovem a estabilidade em áreas rurais de um país e movem a inovação”.

Diante desse papel importante dos empreendedores no processo de construção de desenvolvimento de um local, ou de uma região, o governo está cada vez mais presente na elaboração de ações de suporte a estes negócios (FERREIRA, 2014). Contudo, alerta-se para o fato de que, não basta apenas o auxílio quando da formação dos empreendimentos, mas também, é primordial que se estabeleça uma relação contínua de políticas públicas que garantam a manutenção desses destinos, e que estejam relacionadas entre si, de forma que uma auxilie no fortalecimento da outra.

Igualmente, há necessidade de uma política pública permanente, como por exemplo, de incentivo (crédito) e de treinamento e qualificação, para a manutenção do negócio rural. Ao ser questionado a respeito das políticas públicas de auxílio percebidas (por meio do TBC), nas atividades de turismo rural em sua propriedade, um dos empreendedores citou:

**Eles investiram um dinheiro alto nisso aí**, daí as menina que tava ajudando nós falaram, é agora nós paremo, e agora vocês vai **aprende a anda com as próprias perna** de vocês, quem nem criança, e ninguém mais se interesse (...) **nunca mais ninguém volto depois** (...) então **tem que ter a continuidade pra ajuda nós**, é tudo muito difícil (EMPREENDEADOR G, grifo nosso).

Assim, a partir desse empreendedor, entende-se que o TBC foi fundamental quando da formação do empreendimento, no entanto, identifica-se também que não há outra política que dê continuidade ao processo já iniciado. Além disso, nas falas de outros empreendedores, constatou-se a inexistência de demais políticas públicas específicas ao setor de turismo rural, tanto em âmbito local, quanto regional ou estadual, mas sim, relataram-se alguns auxílios disponibilizados aos empreendimentos e às comunidades locais. Essa realidade pode ser percebida nos depoimentos de três empreendedores, que afirmam que existe o apoio da prefeitura, no entanto, este é escasso. Conforme um deles:

Um incentivo aqui da prefeitura, vamos dizer assim, muito pouquinho, é o **negócio da estrada**, ponhá um **cascalho na estrada**, essas coisa... que nem fez o estacionamento de ônibus ali pra nós, pra dizê que não tem, mais **ao menos um pouquinho tem** né (EMPREENDEADOR G, grifo nosso).

De acordo com outro empreendedor:

A **gente tem** assim o **apoio da prefeitura**, eu digo assim né, eles apoiam a gente, não apoio financeiro, mas **eles orienta a gente** assim como é que é pra fazer... **quando precisa eles ajuda a gente**. Mas a gente tá é a maioria com as próprias perna (...) **eles investe em calçamento, ou alguma coisa assim** (EMPREENDEADOR C, grifo nosso).

Pode-se identificar que dentre os principais auxílios realizados, relacionam-se o melhoramento das estradas (cascalho, ou pavimentação de pedra irregular) e o recolhimento de lixo em algumas comunidades. No entanto, o descontentamento dos empreendedores frente à ausência de demais políticas é notório, conforme o depoimento:

A secretaria do turismo tem muita boa vontade (...) mas o prefeito assim, **antes de te apoiar, eles te puxa o tapete**, porque você percebe quando que... assim, **eles vê isso** (o turismo rural) **como uma coisa que nunca que vai dar certo, mas a gente já tá recebendo, já deu certo** (...) o que eu queria sempre seria só o acesso, eu só queria estrada, uma estrada boa, bem aberta, bem sinalizada (EMPREENDEDOR B, grifo nosso).

Evidencia-se assim a importância de incentivos para a realização de iniciativas sustentáveis no turismo rural, visto que a atividade é, comprovadamente, rentativa não só para os empreendimentos de forma individual, mas também para o fortalecimento do roteiro, e ainda, para a movimentação da economia dos municípios. Todos os auxílios e políticas advindas podem auxiliar no aumento do nível de sustentabilidade dos empreendimentos.

Vale destacar ainda, que a atividade de turismo rural está pautada em diversas leis que a regulamentam. Contudo, estas não possuem um olhar de incentivo às práticas, mas sim, dispõe de exigências e normas que devem ser seguidas no desempenho das atividades. Conforme identificado no depoimento dos nove empreendedores investigados, todos procuram seguir a legislação vigente para o desenvolvimento das atividades.

Dentre elas, destaca-se o cumprimento do Decreto nº 3.048/99, que aborda a obrigatoriedade de contribuição na previdência social, no caso de empregados fixos. E também da Lei nº 9.985/2000 e da Medida Provisória nº 2.166-67/2001, que estabelecem os critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação e dispõe sobre a área de reserva legal.

Pelo exposto, pode-se afirmar que as políticas públicas locais e regionais de fomento a atividade de turismo rural são frágeis e insuficientes, uma vez que no geral, percebeu-se dos empreendedores a carência de auxílio, principalmente no que tange à promoção e divulgação do roteiro. Conforme afirma Porter (1986) para se manter competitivo em um mercado, um empreendimento necessita estabelecer uma posição lucrativa e sustentável contra as forças que determinam a competição no setor em que está inserido.

Contudo, há que se considerar que os empreendimentos investigados podem não apresentar muita vantagem competitiva com relação a outros atrativos turísticos na região em que estão inseridos. Nesse sentido, alerta-se para o fato de que os roteiros turísticos devem trazer retorno aos municípios em que estão inseridos, de forma a visar um maior incentivo de políticas que fomentem seu desenvolvimento.

Não obstante, é notória a necessidade de que os gestores públicos regionais e locais tenham um olhar mais voltado ao incentivo dessa atividade tão importante para a manutenção histórica, cultural e principalmente, ambiental da região.

### *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Apesar das visitas no meio rural serem uma prática antiga e comum no Brasil, apenas há pouco mais de vinte anos é que o turismo rural passou a ser considerado como atividade econômica. Seu surgimento advém das necessidades enfrentadas pelos produtores rurais, que identificaram no turismo, uma forma de implemento de renda. Da mesma forma, a concentração populacional nos centros urbanos faz com que as pessoas busquem no turismo rural, uma forma de fuga do estresse cotidiano de suas atividades.

Na região Oeste do Paraná, as transformações socioeconômicas, principalmente do espaço rural, demandam de formas alternativas sustentáveis para seu desenvolvimento. Vindo ao encontro com essas necessidades, e ainda, a partir da existência dos atrativos naturais, configura-se um quadro favorável ao desempenho do segmento de turismo rural. No entanto, a atividade exige a definição de políticas públicas, programas e planos específicos de turismo, para subsidiar o desenvolvimento da sustentabilidade, que tenham ampla participação e envolvimento da população local.

Contudo, conforme afirma Ferreira (2014), além dos incentivos do governo ao desenvolvimento dos empreendimentos, é fundamental que este forneça também, serviços de infraestrutura como telefonia, energia elétrica, serviços administrativos, qualificação de mão de obra, dentre outros, que são primordiais para o bom funcionamento do ambiente de negócios. Nesse sentido, é mister afirmar que a falta de políticas públicas prejudica visivelmente a criação de condições de captação de turistas aos empreendimentos de turismo rural.

Para além deste estudo, enfatiza-se ainda a escassez de políticas para a formação de conselhos setoriais de áreas ligadas ao turismo sustentável, como o meio ambiente, desenvolvimento rural e econômico sustentável e cultural. Tais espaços são importantes e adequados para elaboração de diretrizes de negócios, conforme afirmou Ferreira (2014).

Atualmente é expressivo o número de propriedades rurais que incorporam atividades turísticas em suas rotinas. Nesse sentido, enfatiza-se a necessidade de ações de estruturação do turismo rural nos empreendimentos, evitando com que essa tendência cresça desordenadamente, e que, por meio de práticas sustentáveis, seja garantido o lazer ao turista, a manutenção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, além da viabilidade econômica e financeira ao produtor rural.

## REFERÊNCIAS

- BARDAL, R.; ALBERTON, A.; CAMPOS, L. M. de S. As dimensões e métodos de mensuração da sustentabilidade e o turismo: uma discussão teórica. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 4, n.2, p. 138-155, maio/ago. 2010
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Ministério do turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Brasília: Letra e imagem, 2009.
- CORIO LANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: CORIO LANO, L. N. M. T. **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003, p. 13-27.
- FERREIRA, V. R. S. Políticas públicas e sistemas de apoio para empreendimentos sustentáveis. In: BORGES, C. (org.) **Empreendedorismo sustentável**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- FRATUCCI, A. C. Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Revista Turismo em Análise**. v. 20, n. 3, dez., 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUEDES, E. P.; SCHERER, F. L. **Práticas de inovação e sustentabilidade**: estudo de caso em uma empresa de transporte rodoviário de passageiros. 1º Fórum Internacional Ecoinnovar, Santa Maria, 2012.
- IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. Refletindo sobre o turismo como mecanismo de desenvolvimento local. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**. Salvador, v. 4, n. 7, p. 69-74, dez., 2002.
- MALDONADO, C. O turismo comunitário na América Latina: gênese, características, e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- MENEGHEL, L. M.; TOMAZZONI, E. L. A comunicação e a integração dos atores do turismo regional: o caso do Observatório de Turismo e Cultura da Serra Gaúcha (OBSERVATUR). **Revista Turismo Visão e Ação**. v. 14, n. 2, p. 246 –260, 2012.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo no Brasil 2011 – 2014**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo rural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Turismo. **Lei Nº 15.143 de 31 de maio de 2006**. Disponível em: <<http://www.idestur.org.br/download/20080901154157.pdf>>. Acesso em 12 out. 2014.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva – Técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 18ª Edição. São Paulo-SP: Campus, 1986.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RUSCHMANN, D. V. de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C.. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL (SITS), 2., 2008, Fortaleza (CE). **Anais...** Fortaleza: 2008.

SEBRAE. **Políticas Públicas**: Conceitos e Práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2015.

WTTC – **World travel & tourism council**. 2013. Disponível em: <<http://www.wttc.org/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.